



GT 40. Etnografia e documentos

Coordenador(es):

Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

André Gondim do Rego (IF Brasília)

Sessão 1

Debatedor/a: Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria Fernanda Maidana (Universidad Nacional de Tierra del Fuego)

Sessão 3

Debatedor/a: Martiniano Alcantara Neto (Universidade de Brasília)

Os documentos fazem parte do conjunto de materiais e artefatos acessados (e produzidos!) pelos antropólogos desde a institucionalização da disciplina. Em períodos diversos, eles atingem níveis de importância e de centralidade na consolidação do campo antropológico; níveis que vão do desprezo, enquanto fonte de informação imediata e dominação sobre aquilo que se documenta (LATOURET, 2012), ao esforço de encará-los por uma leitura a contrapelo, evidenciando as suas capacidades organizativas e criativas (HULL, 2012; ZEITLYN, 2012). Cada vez mais, os documentos são incorporados à prática etnográfica. Em várias de nossas pesquisas antropológicas, partes significativas do ponto de vista de “nossos outros” podem estar documentadas nos mais diversos formatos. Olhar atentamente para documentos representa uma porta de acesso às lógicas e práticas de funcionamento dos ambientes que os produzem, dos circuitos que eles são colocados e operam, das redes em que figuram e das relações de poder que aderem a eles. Esse GT pretende receber reflexões e estudos que perpassam a relação entre etnografia e documentos em diferentes sentidos. Nosso interesse recai tanto em investigações que tenham os documentos como elemento central, como para outras que os transpassam e os transbordam para o melhor entendimento do universo estudado.

Tensões e saberes: violência sexual, mulheres indígenas e produção documental na Amazônia urbana

Autoria: Dulce Meire Mendes Moraes (USP - Universidade de São Paulo)

Este work se inicia por meio de um relato do caso de assassinato de duas mulheres indígenas em São Gabriel da Cachoeira, cidade do interior amazonense, no ano de 2016. Além de mortas, essas mulheres foram violentadas sexualmente. Ainda, segundo o relato, as declarações de óbitos destas mulheres não mencionavam nenhuma informação sobre a violência sexual que elas sofreram. Desta forma, este work busca compreender a maneira como casos emblemáticos de estupro e feminicídio em São Gabriel da Cachoeira são reelaborados e reescritos socialmente em documentos pelas agências do Estado local e também como são reelaborados pelos moradores da cidade. Os moradores desta cidade contam que “todo mundo sabe” sobre estes casos de violência sexual cometidos contra estas mulheres (OLIVAR, 2019). Com isso, pretendo então analisar a tensão entre as narrativas do Estado e as narrativas dos moradores sobre estes crimes. Desta forma, entender como a trilha de documentos (MORAWSKA, 2014) estatais (declarações de óbitos, boletins de ocorrência e inquéritos policiais) produzem o corpo morto, que é um corpo específico (indígena, feminino) se torna necessário. Porque a construção da trajetória burocrática (FERREIRA, 2009, p. 28) e jurídica a respeito dessas mulheres se torna fundamental para compreender como a informação da violência sexual é



trabalhada na produção dos documentos. Pensar a produção de documentos sobre homicídios de mulheres indígenas que foram violentadas sexualmente antes de sua morte é também pensar na construção e atribuição de uma história que oficializará o que ocorreu com a vítima. A discussão sobre silenciamento dos documentos também é de suma importância para se pensar o apagamento da violência sexual por meio dos documentos estatais. E, ainda colabora a pensar o que entra e o que não entra nestes papéis oficiais (STOLER, 2006); como isso interfere nos números de notificações, na produção de políticas públicas e também, a pensar quais vidas importam (BUTLER, 2011), quem se deixa morrer e se faz viver (FOUCAULT, 1999). Cabe mencionar que o work de campo para a realização deste texto teve início no mês de fevereiro e tem previsão para ir até o mês de maio de 2020. Desta maneira, os documentos e narrativas que pretendo estudar estão em processo de construção, sendo apresentadas aqui uma primeira e breve sistematização do que o campo e bibliografias têm me proporcionado até o momento. Também é necessário dizer que este é um recorte da minha dissertação de mestrado que está em andamento. Espera-se, com este work, contribuir para o debate de violência de gênero, de produção de dados; além de repensar a institucionalização destes corpos dentro do campo da antropologia e saúde pública.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: